

**LIBRAS COMO FIRMAMENTO DA CULTURA SURDA:  
EXTENSÃO SOCIAL, POLÍTICA E EDUCACIONAL**

*Luane Gomes de Azevedo* (UENF)

[azevedoglua@gmail.com](mailto:azevedoglua@gmail.com)

*Michele da Silva Bastos Rodrigues* (PMSJB)

[bastosmichele2020@gmail.com](mailto:bastosmichele2020@gmail.com)

*Lauiza Rangel da Silva* (UENF)

[lauizarangeldasilva@gmail.com](mailto:lauizarangeldasilva@gmail.com)

*Joicy de Souza Ribeiro Quitete* (UENF)

[joicyquitete@yahoo.com.br](mailto:joicyquitete@yahoo.com.br)

**RESUMO**

O estudo considera a educação como um direito universal, respaldada pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988). A Libras (Língua Brasileira de Sinais) como firmamento da cultura surda deverá ser compreendida como uma extensão social e política visando a efetivação da inclusão escolar do aluno surdo. Desta forma, o estudo objetiva apresentar um breve fundamento social, político e educacional da Libras no Brasil, identificando as metodologias de ensino na educação do surdo e reconhecendo a Libras como identidade cultural do surdo. Por meio da metodologia qualitativa, a pesquisa de cunho descritiva está embasada em referenciais bibliográficos como as obras de Gesser (2009 e 2019) e Quadros (1997); e documental como a Lei Federal nº 10.436/2002. Acredita-se que o reconhecimento e a potencialidade da Libras na educação do surdo, poderá ser o diferencial no processo de ensino e aprendizagem, quando reconhece a Libras como identidade cultural do aluno surdo, portanto, há necessidade de sua valorização e disseminação, possibilitando a interação satisfatória entre surdos e ouvintes.

**Palavras-chave:**

Educação. Libras. Identidade Cultural.

**ABSTRACT**

The study considers education as a universal right, supported by the Constitution of the Federative Republic of Brazil (1988). The Libras (Brazilian Sign Language) as the foundation of deaf culture should be understood as a social and political extension aimed at effecting the school inclusion of deaf students. In this way, the objective study presents a brief social, political and educational foundation of Libras in Brazil, identifying the teaching methodologies in the education of the deaf and recognizing Libras as a cultural identity of the deaf. Through qualitative methodology, the descriptive research is based on bibliographic references such as the works of Gesser (2009 and 2019) and Quadros (1997); and document how the Federal Law No. 10.436/2002. It is believed that the recognition and potential of Libras in the education of the deaf, may be the differential in the teaching and learning process, when it recognizes Libras as cultural identity of the deaf student, therefore, there is a need for its appreciation and dissemination, enabling satisfactory interaction between deaf and hearing people.

**Keywords:**

**Education. Libras. Cultural Identity.**

## **1. Introdução**

A educação como direito universal demanda transformação procesual, acompanhada por movimentos sociais que lutam para que todos, sem discriminação, tenham uma educação de qualidade. Nesta busca pela equidade, ressalta-se a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como firmamento da cultura surda, que por meio dos aspectos social, e político poderá possibilitar que a inclusão escolar do aluno surdo seja efetivada, pois como desafio contemporâneo, demanda mudanças significativas nas instituições educacionais.

Assim, a Língua Brasileira de Sinais como firmamento da cultura surda, valoriza a identidade surda quando reconhece a diversidade cultural de um grupo que por longos séculos foi ceifado pela normatização ouvinte, ondes surdos deveriam aprender a falar, descaracterizando a língua materna, a língua de sinais, com ações que agrediram e menosprezaram por atos opressores, a construção da comunidade surda e sua identidade cultural por meio da Libras.

Desta forma, o estudo apresenta breve fundamento social, político e educacional da Libras no Brasil, identificando as metodologias de ensino na educação do surdo e reconhecendo a Libras como identidade cultural do surdo.

A metodologia qualitativa presente na pesquisa, apresenta uma análise descritiva embasada em referenciais bibliográficos como as obras de Gesser (2009 e 2019) Quadros (1997), Santana (2007), Skliar (2005); e documental como a Lei Federal nº 10.436, de 2002, que reconheceu a LIBRAS como forma de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira.

Considera-se a necessidade de a Libras ser disseminada nacionalmente, possibilitando que surdos e ouvintes em uma perspectiva dialógica experimentem suas diversidades culturais valorizando ambas, e reconhecendo que a identidade do surdo é uma construção baseada nos princípios de alteridade.

## **2. Breve fundamento social, político e educacional da libras no Brasil**

As construções históricas demonstram a trajetória de um povo, marcado por lutas, desafios e conquistas. Assim aconteceu com a pessoa surda, que por longos séculos foram excluídos dos seus direitos como cidadãos e atualmente observa-se uma evolução nos aspectos constitucionais quanto às políticas públicas que na sua diversidade objetiva incluir efetivamente a pessoa surda no contexto social e educacional, garantindo-lhes seus direitos.

Nesta perspectiva, a Libras representa um marco histórico para comunidade surda, que lutou incansavelmente pelo seu reconhecimento como língua de sinais do Brasil, pois garante à pessoa surda a valorização da sua língua materna e a construção da sua identidade cultural, que por longos períodos ficaram atreladas a normalização dos ouvintes, pois os surdos tinham que aprender a falar, sendo obrigados em determinados momentos a não sinalizar, conforme será apresentado nesse estudo posteriormente.

Como construção social, a língua de sinais chega ao Brasil com origem na língua de sinais da França, como língua natural dos surdos e não universal, passou a ter êxito no Brasil com a chegada de Ernest Huet em 1855, que objetivava a abertura de uma escola para surdos. Ressalta-se que Huet teve todo apoio do Imperador Dom Pedro II e assim, em 1857 foi fundado o que atualmente conhecemos como INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, localizado no Rio de Janeiro. Seu reconhecimento aconteceu por meio de mobilizações e manifestações de diversas pessoas, ouvintes e surdos, engajadas nos direitos dos surdos (Cf. GESSER, 2009).

A Libras como nomenclatura para a língua de sinais do Brasil, foi reconhecida primeiramente em assembleia dos membros da FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo no ano de 1993 e posteriormente oficializada no Brasil em 2002 (Cf. GESSER, 2009).

Desta forma, a Libras representa uma conquista, a acessibilidade comunicacional da comunidade surda, que por longos séculos foram excluídos de exercer sua cidadania, como o direito ao voto, ter representatividade na sociedade, conseguir trabalhar dignamente, expressar seus sentimentos, desejos, medos e anseios. As transformações ocorreram e continuam, pois, são processuais e notórias principalmente no cenário educacional.

A mudança registrada nos últimos anos não é, e nem deve ser compreendida como uma mudança metodológica dentro do mesmo paradigma da

escolarização. O que está mudando são as concepções sobre o sujeito surdo, as descrições em torno da sua língua, as definições sobre as políticas educacionais, a análise das relações de saberes e poderes entre adultos surdos e adultos ouvintes (SKILIAR, 2005, p. 7)

No Brasil, antes da promulgação da Lei Federal nº 10.436 de 2002, que reconheceu a Libras como forma de comunicação e expressão, haviam dois estados que oficializaram por meio legal na década de 90 a língua de sinais da comunidade surda, são os estados de Minas Gerais e Paraná (Cf. FACUNDO; VITALIANO, 2019).

Portanto, a Libras como forma de comunicação entre surdos e ouvintes fortaleceu as interações sociais e possibilitou por meio de políticas públicas, novas formas de aprender e ensinar, promovendo reorganizações nas instituições de ensino que na maioria das vezes eram dotadas de representações do ouvintismo<sup>37</sup> e não consideravam as necessidades e especificidades das pessoas surdas, pois não valorizavam sua língua materna, a Libras.

Neste percurso, considera-se que

[...] a língua é uma propriedade coletiva e não individual, só tem razão de existir se for compartilhada. Daí a importância de reconhecer a existência de uma comunidade linguística de surdos para que se reconheça também a língua utilizada por ela. (FACUNDO; VITALIANO, 2019, p. 23)

Neste viés de construção e reconstrução social, as práticas educativas perpassam momentos de (re)significação, visto as possibilidades de metodologias de ensino que poderão ou estão sendo desenvolvidas nas instituições de ensino como o oralismo, comunicação total e bilinguismo.

A compreensão dessas metodologias de ensino se faz necessária para ressaltar a trajetória educacional de muitos surdos, em cenários diversificados, o quais em diversos momentos os surdos não eram respeitados, principalmente no que tange a liberdade de escolha e oportunidade de participar de um processo educativo inclusivo.

O oralismo surge como metodologia que visa que o surdo aprenda a falar, sua comunicação tem que ser igual dos ouvintes, portanto, nessa metodologia a ordem é expressar-se oralmente. Tal metodologia está vinculada ao modelo social da deficiência, que enfatiza o corpo lesionado, a doença, então, aprendendo a falar o surdo seguiria a normalidade dos ouvintes, pois, “o oralismo enfatiza a língua oral em termos terapêuticos”

---

<sup>37</sup> “Ouvintismos – as representações dos ouvintes sobre a surdez, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte.” (SKILIAR, 2005, p. 15)

(Cf. QUADROS, 1997, p. 22).

O Congresso de Milão em 1880 foi um marco histórico na educação do surdo, que preconizou a metodologia oralista como única a ser utilizada no processo educativo do aluno surdo. Desta forma, “o oralismo e a supressão dos Sinais resultaram numa deterioração dramática das conquistas educacionais das crianças surdas e no grau de instrução do surdo e geral” (QUADROS, 1997, p. 22).

Diferentemente do oralismo, a metodologia comunicação total estabelece uma conexão satisfatória entre surdos e ouvintes quando possibilita que os surdos utilizem qualquer forma de comunicação. Desta forma, a interação comunicacional poderia ocorrer com a utilização de diversos recursos, sejam mímicas, gestos, língua de sinais, leitura labial entre outras possibilidades, o que essa metodologia enfatizava era a interação e não aprendizado de uma forma, mas, com várias possibilidades de interação. Assim, “a comunicação total permitiu o uso de sinais proibidos pelo oralismo” (SANTANA, 2007, p. 181).

Neste viés de considerar as possibilidades de interação do surdo na sociedade, ao utilizar a LIBRAS e a Língua Portuguesa de forma simultânea, como acontecia na metodologia comunicação total, contribuiu para uma nova abordagem, o bimodalismo. “No bimodalismo a fala e a sinalização são praticadas ao mesmo tempo. O português sinalizado é um exemplo dessa abordagem” (SANTANA, 2007, p. 181).

Assim, a comunicação total não prosseguiu de forma satisfatória, visto que a língua de sinais não era legitimada como da comunidade surda e sim correspondia a língua portuguesa falada, perdendo seus aspectos culturais de língua materna.

O bilinguismo surge como metodologia inovadora que busca o aprendizado da língua de sinais. No Brasil, a Libras como primeira língua do surdo e a língua oral do país na modalidade escrita como segunda língua, no Brasil a língua portuguesa.

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta de ensino como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da escrita. (QUADROS, 1997, p. 27)

Como proposta educacional, o bilinguismo apresenta uma construção social da comunidade surda e valorização da língua materna do aluno

surdo. Assim, a Libras poderá potencializar o processo de ensino e aprendizagem que valoriza as especificidades dos surdos, quando preconiza um currículo flexível que reflete, avalia e interioriza práticas inclusivas como alicerce para a garantia dos direitos dos surdos.

Assim, é notório a percepção evolutiva acerca das transformações sociais e políticas que possibilitou novas formas de organizações e ações educacionais voltadas para o aluno surdo, sujeito de direitos, que precisa ser respeitado de forma a atender suas necessidades, com práticas educativas inclusivas que desenvolvam suas potencialidades e estejam ancoradas em torno dos movimentos sociais que viabilizam as políticas públicas e proporcionam a construção da identidade cultural do surdo a partir da Libras.

### ***2.1. Libras como identidade cultural***

A identidade cultural é marca de um povo, sua cultura é a expressão do seu modo de viver de forma ampla, assim, as gerações vão sendo fortalecidas e a cultura disseminada por meio da língua que representa a identidade cultural socialmente.

A língua de acordo com Saussure *apud* Facundo; Vitaliano (2019, p. 23) “é o aspecto social da linguagem, pois é compartilhada por todos os falantes de uma comunidade linguística e é compreendida como um sistema complexo (...)”.

Com a comunidade surda, não foi diferente, viveram longos séculos na busca para o reconhecimento linguístico, a língua de sinais, Libras. Portanto, se faz necessário compreender a língua como um direito de todos, que deve ser respeitado por todos, sem distinção. Então, é preciso compreender que

A comunidade surda é um complexo de relações e interligações sociais, que diferem de outras comunidades onde existe a possibilidade da comunicação oral, pois as pessoas surdas necessitam da língua de sinais e das experiências visuais para realizarem uma comunicação satisfatória com outras pessoas” (SKLIAR, 2005, p. 148).

Diante desse contexto, Perlin (2003) afirma:

É na pertença ao povo surdo que acontece um processo para a constituição de dinâmicas de poder: identidade, língua de sinais, políticas surdas, cultura surda, artes surdas. Para esta afirmativa valem os avanços presenciados no ambiente dos surdos, ou seja, os avanços nos campos da educação bem como o avanço sócio-cultural-linguístico que temos alcançado [...]

Portanto, é através do reconhecimento da identidade cultural do surdo, que a Libras passa a ser valorizada e utilizada como mecanismo de comunicação e de pertencimento a determinado grupo social, o qual possui características próprias de se comunicar e relacionar.

Dentro dessa perspectiva nota-se que a identidade surda está inteiramente ligada à cultura surda, “na medida em que os surdos legitimam sua língua e sua comunidade, temos como decorrência dessa convivência minoritária o nascimento da cultura surda” (GESUELI, 2006, p, 284) fazendo com que seja criado um espaço particular de comunicação, de natureza visual.

Leite (2004) ressalta que as línguas de sinais se constituem como única língua em que as pessoas surdas têm a possibilidade de aprender naturalmente, se estruturando em uma interação da qual os surdos participam de forma efetiva a tudo que se passa, sem haver restrições. Portanto, a Libras traz a significação no processo de comunicação, configurando a essência de seus usuários, pois é considerada a língua materna do surdo.

Desta forma, a Libras permite um movimento cultural onde a diversidade da comunidade surda se expande. Na concepção dialógica, fortalece cada vez mais, a identidade surda, que tem como base a diversidade humana.

Skliar (2005), apresenta a identidade surda como movimento cultural distante do corpo lesionado, mas, com existência na alteridade cultural. Desta forma, ressalta-se que podemos ter surdos oralizados, surdos sinalizantes, surdos oralizados e sinalizantes... a diversidade da comunidade surda é o reconhecimento que os sujeitos são diferentes, independentes se há ou não uma questão patológica, muito evidenciada quando há proposta é que o surda viva a extensão da cultura ouvinte, sem apresentar para o mesmo as possibilidades que há atualmente em ser surda de forma diferente que outrora, onde seus direitos são respeitados, principalmente sua escolha linguística.

Evidencia-se neste contexto social que “a identidade surda sempre está em proximidade, em situação de necessidade como o outro igual. O sujeito surdo nas suas múltiplas identidades sempre está em situação de necessidade diante da identidade surda” (SKLIAR, 2005, p. 53). Daí a importância da comunidade surda, mostrar-se como firmamento da identidade surda por meio da Libras, quando todos participantes, surdos e ouvintes, utilizam a Libras como forma de comunicação e expressão.

Pressupõe que o suporte natural para o desenvolvimento do surdo, deverá ser a aquisição da língua de sinais, o que se enfatiza neste estudo como identidade surda, pois a língua de modalidade oral-auditiva, como a Língua Portuguesa, exige muito mais tempo para sua aquisição, utilizando de recursos não naturais. Assim, a Libras preservará, sem atrasos, a interação entre os indivíduos (Cf. FERNANDES E RIOS, 1998).

Então, o percurso da construção da identidade linguística do surdo está estritamente ligado a luta pelo reconhecimento e valorização de um grupo minoritário, onde “o surdo tem, até hoje, vivido um movimento de resistência, buscando o reconhecimento de sua cultura, tentando fazer-se presente como minoria linguística (...)” (GESUELI, 2006, p,2)

Nesta visão, busca-se expandir a cultura surda, de forma que mais sujeitos experimentem a diversidade cultural surda e conseqüentemente valorizem e disseminem a Libras, como as ações que os intérpretes/ tradutores de Libras estão realizando profissionalmente, com ascensão da acessibilidade comunicacional, portanto, o fortalecimento da inclusão do surdo.

#### **4. Considerações finais**

O fortalecimento da identidade cultural surda possibilitou a compreensão como primordial no desenvolvimento do aluno surdo, pois o mesmo poderá expressar seus desejos, sentimentos, opiniões e outras ações que fazem parte da rotina de qualquer cidadão de direitos.

A valorização da Libras e seu reconhecimento em âmbito nacional fortaleceu a identidade surda, que por longo séculos sofreram com atitudes preconceituosas que os minimizam e deixavam a parte da sociedade. Quanto a educação ressalta-se como conquista a possibilidade de frequentar a escola regular.

Nesta perspectiva, é constatada a importância da criação de políticas públicas que assegurem os direitos dos surdos na sua totalidade: educação, saúde, emprego, lazer, voto... Dessa forma, leis e decretos foram e são construídos, mas, cabe destacar a necessidade de sempre se atentar para toda forma de exclusão que ainda possa existir no âmbito cultural, social e político.

Dessa forma, é notório a evolução social e política quando diz respeito a organização do sistema educacional o qual o aluno surdo é incluído.

Sendo perceptível a efetivação dos direitos do sujeito surdo enquanto o indivíduo que possui habilidades e capacidades próprias, de modo que se sinta pertencente ao ambiente escolar.

Assim, para que os direitos sejam reconhecidos e efetivados se faz necessária a difusão da Libras, de forma que a cultura surda possa se expandir e atingir esferas maiores, propagando a diversidade cultural surda, logo permitindo a experimentação das múltiplas identidades surdas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília-DF, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) Acesso em: 30 maio. 2022.

FACUNDO, J. J.; VITALIANO, C. R. *A disciplina de Libras na formação de professores*. Curitiba: CRV, 2019.

FERNANDES, E; RIOS, K. R. *Educação com bilinguismo para crianças surdas*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1998.

GESUELI, Z. M. *Linguagem e Identidade: a surdez em questão*. Educ. Soc. Campinas, 2006.

GESSER, A. *LIBRAS: que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.

GESSER, A. *O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS*. São Paulo: Parábola, 2019.

PERLIN, G.T.T. *O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PIMENTA, Paulo. Políticas públicas de inclusão educacional. *Jornal A Razão*. Santa Maria-RS. Edição 31/07/2006. p. 8.

QUADROS, R. M. DE. *Educação de Surdos: A aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SANTANA, Ana Paula. *Surdez e Linguagem: Aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo: Flexus, 2007.

SKLIAR, Carlos. *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.